



2300 participantes e 1600 farmácias representadas

Farmácias apelam a revisões na política do medicamento

João Cordeiro, Presidente da ANF, apelou aos grupos parlamentares presentes no encerramento do 10º Congresso Nacional das Farmácias a uma revisão da metodologia dos preços dos medicamentos, do regime de comparticipações e à dispensa pelas farmácias de medicamentos hospitalares. O encontro foi a maior manifestação colectiva do sector de farmácias de todos os tempos, com 2300 participantes e 1600 farmácias representadas.

“Precisamos de uma nova metodologia dos preços dos medicamentos mais equilibrada, mais simples de aplicar, mais fácil de controlar e que todos, incluindo o Estado, sejam obrigados a cumprir. O regime actual de comparticipações é uma manta de retalhos que resultou de alterações sucessivas e pouco cuidadas aos regimes anteriores, tornando-se um caos difícil de compreender e aplicar. Quanto à dispensa pelas farmácias de medicamentos hospitalares, o problema arrasta-se há muitos anos, apesar de haver um consenso das diferentes entidades quanto às vantagens da distribuição pelas farmácias de alguns dos medicamentos distribuídos exclusivamente nos hospitais, em relação aos quais não existem razões técnicas ou de saúde pública que justifiquem aquele exclusivo”, acusou João Cordeiro.

Reagindo às acusações de lóbi habitualmente dirigidas à Associação, o Presidente da ANF lembrou que “a actividade das farmácias é integralmente desenvolvida em Portugal, o que nos obriga a reagir de forma contundente à agressividade e à suspeição com que permanentemente somos tratados, por comparação com a delicadeza, a compreensão e até a subserviência que é dispensada a outros”, sublinhando que “as farmácias pagam, anualmente, 56 milhões de euros de impostos sobre o rendimento” e que “a indústria farmacêutica, de acordo com um Relatório da Inspeção Geral de Finanças, pagou, em 2009, apenas nove milhões de euros de imposto sobre o rendimento”, ou seja, “pagou mais em donativos, ao abrigo da lei do mecenato, do que em imposto sobre o rendimento”.

Continuando a dirigir-se aos deputados presentes, o Presidente da ANF aproveitou ainda para lhes pedir, “enquanto representantes do povo” que lutem pela atribuição do poder aos doentes: “É inadmissível que na situação de crise actual, de elevado desemprego, de crescimento da pobreza, de dificuldades cada vez maiores da população, continuemos a retirar aos doentes o poder de tomarem decisões sobre a sua própria saúde, como é a decisão de adquirirem medicamentos iguais e mais baratos”.

João Cordeiro concluiu o seu discurso dirigindo-se aos associados, lembrando que se praticam, por ano, “mais de 38 milhões de actos farmacêuticos, não pagos directamente, que correspondem a 2,8 milhões de horas de trabalho, num valor estimado em 77 milhões de euros”, sendo que “as dificuldades económicas e financeiras que as farmácias atravessam actualmente impõem a necessidade destes serviços serem, por princípio, remunerados”, dando como exemplos o projecto troca de seringas, o projecto da metadona, a vacinação e os programas da diabetes, da hipertensão e da gestão terapêutica. O Presidente da ANF sublinhou que “a revisão sucessivamente em baixa dos preços dos medicamentos está a empurrar as farmácias para níveis de insolvência que são já hoje alarmantes”, assegurando que a Associação “tomará iniciativas para enfrentar e ultrapassar a crise”.

Informações adicionais: **Armando Salvado**

LPM Comunicação

Tel. 21 850 81 10 / 961037693 armandosalvado@lpmcom.pt

Ed. Lisboa Oriente, Av. Infante D. Henrique, 333 H - Escritório 49, 1800-282 Lisboa

www.lpmcom.pt